



02 DE AGOSTO DE 2011

Terça - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **48% DAS EXPORTADORAS PERDERAM MERCADO**
- **EM BAIXA, INDÚSTRIA ESPERA PLANO OUSADO**
- **RENAULT FAZ RECALL DE LOGAN, CLIO E SANDERO**
- **BRASIL ESCAPA DE ONDA DE CORTES FEITA PELO HSBC**
- **CHINESA JAC INVESTE US\$ 600 MI EM FÁBRICA NO PAÍS**
- **HONDA ELEVA PREVISÕES APÓS GANHO TRIMESTRAL MELHOR QUE ESPERADO**
- **FALTA UM MÊS PARA EMPRESAS SE ADEQUAREM AO NOVO SISTEMA DE CARTÃO PONTO**
- **DÓLAR TERMINA O DIA COTADO A R\$ 1,562**
- **MONTADORA RENAULT TERÁ QUE PAGAR SAT COM INCIDÊNCIA DO FAP**
- **CATERPILLAR SE PREPARA PARA MAIOR COMPETIÇÃO**
- **HSBC NEGOCIA VENDA DE CARTEIRA DE VEÍCULOS PARA O PANAMERICANO**
- **MINISTROS MANTÊM RETENÇÃO DE 11% SOBRE VALOR DE NOTA FISCAL**
- **INDÚSTRIA PERDE MERCADO EXTERNO**
- **LUPI: 'NOVO PONTO ELETRÔNICO VALORIZA O TRABALHADOR'**
- **EMPRESAS TÊM ALTO CUSTO PARA MANTER FUNCIONÁRIOS**
- **DESEMPENHO DA INDÚSTRIA VOLTA A PIORAR EM JULHO**
- **IOF - PAGAMENTO DE CONTAS COM CARTÃO DE CRÉDITO TEM INCIDÊNCIA DO IOF**

- **DECLARAÇÕES FISCAIS - RECEITA FEDERAL PRORROGA O PRAZO DE ENTREGA DO DAON**
- **INDICADORES ECONÔMICOS - RECEITA DIVULGA A TAXA SELIC DO MÊS DE JULHO 2011**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - PROJETO PROÍBE AUMENTO DA TARIFA DE ENERGIA EM HORÁRIO DE PICO**
- **PODER LEGISLATIVO - ÁGUA E LUZ: PROJETO PROÍBE CORTE ANTES DE 60 DIAS DE ATRASO**
- **PROJETO DE LEI - INCENTIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PODE SER PRORROGADA INDEFINIDAMENTE**
- **PODER LEGISLATIVO - VEÍCULO: LICENCIAMENTO PODE DEPENDER DE COMPARECIMENTO AO RECALL**
- **DIREITO DO TRABALHO - DESIGUALDADE: INTERVALO DE 15 MINUTOS NÃO É DESTINADO A HOMEM**
- **TRIBUNAL - SADIA INDENIZARÁ BALANCEIRO QUE TEVE LESÃO NO JOELHO AGRAVADA PELA ATIVIDADE**

Câmbio Em 02/08/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,565	1,566
Euro	2,227	2,229

Fonte: BACEN

48% das exportadoras perderam mercado

02/08/2011- Gazeta do Povo

Praticamente metade das empresas exportadoras brasileiras perdeu participação no mercado externo no ano passado, de acordo com Sondagem Especial divulgada ontem

pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, 32% das indústrias que vendem para fora do país diminuíram sua presença lá fora e 16% deixaram de exportar.

Apenas 9% das companhias conseguiram aumentar seus embarques em 2010. Além disso, 24% das empresas exportadoras estimam para 2011 uma redução do peso das vendas ao exterior em seu faturamento bruto. No ano passado, a participação média dos embarques no faturamento das empresas exportadoras foi de 20%.

Para tentar reverter o quadro, 68% das empresas que exportaram no ano passado ou pretendem exportar em 2011 estão adotando estratégias para ganhar mercado no exterior. Dessas, a principal medida que vem sendo adotada pelas empresas é reduzir custos para ganhar produtividade.

As crises americana e europeia aumentam a necessidade de que a nova política industrial, a ser anunciada hoje pelo governo brasileiro, seja realmente eficaz em proporcionar mais competitividade às empresas. A avaliação foi feita pelo gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

“O quadro é de crescimento mais lento das economias dos Estados Unidos e da Europa na primeira metade desta década. Por isso, os instrumentos que devem ser anunciados amanhã [hoje] precisam ser mais eficientes”, avaliou o economista.

Castelo Branco lembrou que a primeira política industrial foi muito prejudicada pela crise financeira internacional iniciada em 2008. “De certo modo, não tivemos uma implementação muito eficaz dos mecanismos. Nesse ambiente, há uma expectativa grande sobre as novas medidas para redução do custo de produção no Brasil, principalmente em um cenário no qual a taxa de câmbio continua a se valorizar”, completou.

O economista da CNI destacou que entre as principais questões que precisam ser atacadas pela nova política estão os custos de logística e mão de obra, além da necessidade de estímulos à inovação. Castelo Branco também cobrou mais ênfase na defesa comercial. “Grande parte das dificuldades enfrentadas pela indústria nacional está associada aos custos sistêmicos do país”, afirmou.

A presidente Dilma Rousseff envia hoje ao Congresso Nacional uma medida provisória instituindo a nova política industrial, batizada pelo governo de Plano Brasil Maior. O lançamento será no Palácio do Planalto. Duas horas antes do anúncio oficial, que deve ocorrer às 11h30, a presidente terá reunião com empresários que integram o Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A expectativa dos empresários é de que entre as medidas a serem anunciadas, a desoneração da folha de pagamentos seja estendida, pelo menos, a toda a indústria de transformação. Mas ainda não é certo que a medida – que pode ser adotada para setores mais ligados à tecnologia da informação, como a produção de softwares – se replique em outros segmentos, como o de produção de máquinas industriais.

Praticamente metade das empresas exportadoras brasileiras perdeu participação no mercado externo no ano passado, de acordo com Sondagem Especial divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, 32% das indústrias que vendem para fora do país diminuíram sua presença lá fora e 16% deixaram de exportar.

Uma corrente do governo defende medidas de maior impacto para a indústria como um todo e propõe que o aumento da tributação sobre um grupo de produtos importados sirva para financiar a perda de arrecadação do governo com a desoneração mais ampliada. Mas os sinais emitidos pelo governo – de que a nova política industrial será menos centrada na redução de custos com folha e mais em políticas de defesa comercial – devem frustrar as expectativas em torno de medidas mais ousadas.

Desempenho ruim

O lançamento da nova política industrial vem num momento em que a indústria perde espaço no mercado internacional (veja texto nesta página) e reduz o ritmo de produção. De acordo com o Índice Geral de Compras (PMI, na sigla em inglês), divulgado ontem pelo banco HSBC, o desempenho geral do setor industrial voltou a piorar em julho.

O PMI registrou 47,8 pontos, ante 49 em junho, e atingiu a maior deterioração nas condições gerais de negócios do setor desde maio de 2009. O índice obedece a uma escala de 0 a 100 pontos, sendo 50 a linha divisória entre crescimento e queda da atividade, e resulta da compilação das respostas a questionários enviados a 400 empresas no país.

As quedas registradas na carteira de novos pedidos e no nível de emprego estão entre os principais responsáveis pela redução da produção industrial em julho. Os novos pedidos, que já haviam fechado junho em queda, com 47,2 pontos, encerraram julho com 45,9 pontos. O nível de emprego atingiu 49 pontos, ante 49,7 pontos em junho. Com isso, o indicador de produção industrial como um todo caiu pela segunda vez consecutiva, passando de 48,8 pontos em junho para 46,6 pontos em julho.

Avaliação

“De modo geral, os entrevistados atribuíram a redução na entrada de novos pedidos ao enfraquecimento da demanda global e às condições frágeis do mercado”, observa o economista-chefe do HSBC Bank Brasil, André Loes, que é responsável pela PMI no país.

Muitas empresas também sugeriram que as taxas de câmbio desfavoráveis contribuíram para o baixo volume de pedidos para exportação durante o período da pesquisa – o índice de pedidos de exportações, de acordo com o PMI, atingiu 47,4 pontos em julho, ficando abaixo de 50 pontos pelo quarto mês

Renault faz recall de Logan, Clio e Sandero

02/08/2011- Gazeta do Povo

A Renault anunciou ontem um recall de quase 6 mil veículos dos modelos Clio, Logan e Sandero. Os carros envolvidos no recall foram fabricados entre 2010 e 2011 e são equipados com o propulsor 1.0 16V. Segundo a montadora, os proprietários desses veículos receberão um comunicado da empresa avisando sobre a necessidade de levá-los às concessionárias para a substituição das travas das válvulas de admissão e de escape do motor. De acordo com a Renault, a campanha de recall atinge 5.736 unidades e a troca das peças é necessária para evitar danos ao motor, que, em casos extremos, podem causar acidentes.

Serviço:

Os chassis do Clio 2 portas envolvidos no recall vão de 8A1CB8V05BL632563 a 8A1CB8W05BL729368; os do Clio 4 portas vão de 8A1BB8V05BL641358 a 8A1BB8W05BL722835; para o Logan, os chassis vão de 93YLSR6RHBJ662715 a 93YLSR7RHBJ688005; e, para o Sandero, vão de 93YBSR6RHBJ662862 a 93YBSR7RHBJ694843.

Brasil escapa de onda de cortes feita pelo HSBC

02/08/2011- Gazeta do Povo

O HSBC anunciou ontem o corte de 30 mil empregos até 2013 para reduzir custos e reestruturar suas operações globais, dando sequência a um plano anunciado em maio de se retirar de alguns países e orientar o foco de seus negócios para mercados de alto crescimento. A decisão foi comunicada durante a divulgação dos resultados financeiros. O Brasil, porém, está fora do plano de cortes, informou a assessoria de imprensa da instituição no país – na direção inversa das operações globais, o HSBC Brasil está contratando mil novos gerentes de relacionamento em 2011 para ampliar a presença no varejo local, informou o banco, que tem 23 mil funcionários no país.

Mundialmente, o corte engloba 5 mil empregos que já estão sendo eliminados nos Estados Unidos, no Reino Unido, na França, na América Latina e no Oriente Médio. Além desses, outros 25 mil empregos devem ser cortados entre agora e 2013, disse o executivo-chefe do HSBC, Stuart Gulliver. Segundo ele, o banco continua contratando em alguns países; portanto, a redução líquida pode acabar sendo menor. O HSBC emprega atualmente 296 mil funcionários globalmente.

Em maio, Gulliver apresentou um plano estratégico para a redução de até US\$ 3,5 bilhões de seus custos anuais, o fim dos serviços de banco de varejo em alguns países e a ampliação da base de consumidores de alta renda em certos mercados. Até o momento, o HSBC anunciou que sairá da área de varejo bancário na Rússia e na Polônia, e que deu início à reorganização de suas atividades em vários países.

No domingo, a instituição anunciou a venda de 195 agências de varejo nos EUA por US\$ 1 bilhão. As agências, com US\$ 15 bilhões em depósitos, estão sendo vendidas com um prêmio de 6,67% sobre o valor dos depósitos e estão localizadas principalmente no norte do estado de Nova York. O HSBC também informou que pode cortar custos e rever suas operações nos EUA, incluindo seu portfólio de cartão de crédito, que também está à venda.

Lucro

O Brasil foi destaque no anúncio de resultados, com a terceira maior contribuição para os lucros do banco no semestre, atrás de Hong Kong e Reino Unido. O HSBC Bank Brasil foi responsável por US\$ 637 milhões do lucro antes dos impostos de um total de US\$ 11,5 bilhões. O resultado do país representou um aumento de 33% na comparação com o mesmo período do ano passado. O Brasil respondeu por 55% do resultado do banco na América Latina, que ficou em US\$ 1,151 bilhão.

No relatório em que apresentou os resultados globais, o banco destaca que as operações no Brasil têm apresentado forte crescimento, principalmente no mercado de crédito e na área de seguros. No financiamento habitacional, houve expansão de 93% na carteira na comparação do primeiro semestre de 2011 com o mesmo período

do ano passado. Outras linhas ligadas ao crédito pessoal tiveram aumento de 21,6% na mesma base de comparação.

Chinesa JAC investe US\$ 600 mi em fábrica no país

02/08/2011- Gazeta do Povo

A montadora chinesa JAC Motors anunciou a construção de uma fábrica no país com investimento de US\$ 600 milhões e capacidade de produção de 100 mil unidades por ano. A unidade deverá ficar pronta em 2014. A marca ainda não divulgou a região escolhida para a instalação do empreendimento.

O plano de construção da fábrica antecipa os planos da marca. Em março, o empresário Sergio Habib, presidente do Grupo SHC, responsável pelo desembarque da JAC no Brasil, afirmou que uma fábrica somente seria viável quando a marca alcançasse 100 mil unidades vendidas por ano.

A empresa começou a atuar no país em 18 de março deste ano, com a abertura de 46 concessionárias em 28 cidades brasileiras, no chamado "Dia J". O Grupo SHC é dono de 35 delas, e investiu R\$ 210 milhões. A estratégia também incluiu R\$ 140 milhões de investimento em marketing, com o apresentador Fausto Silva como garoto-propaganda da marca, e seis anos de garantia para os carros. A estreia da JAC nas avenidas brasileiras ocorreu com os modelos J3 e o sedã J3 Turim. Para se adaptar às condições locais, eles sofreram 242 alterações em relação ao modelo original, comercializado na China.

Recentemente, outras marcas chinesas anunciaram construção de fábricas. A Lifan e a empresa brasileira Effa assinaram um acordo para a construção de uma montadora no Brasil com capacidade para 10 mil unidades por ano. O investimento previsto é de US\$ 100 milhões. A Chery deve inaugurar sua fábrica em Jacareí (SP), com investimentos de US\$ 400 milhões, até 2013. A projeção é produzir 150 mil unidades anualmente.

Honda eleva previsões após ganho trimestral melhor que esperado

02/08/2011- Gazeta do Povo

A **Honda Motor** teve lucro trimestral acima do previsto e elevou as estimativas para o fechamento do ano em mais de um terço, enquanto a terceira maior montadora do Japão se recupera da forte escassez de componentes ocasionada pelo terremoto no Japão em março.

A companhia apresentou nesta segunda-feira uma queda de 90% no lucro do último trimestre, contrariando a expectativa de prejuízo, após sofrer a maior queda de produção já vista por uma montadora desde o desastre, decorrente principalmente do atraso na entrega de peças.

A escassez coincidiu com a reformulação do modelo **Civic** no relevante mercado norte-americano, onde as vendas do veículo caíram em um terço em junho.

A Honda espera agora aumentar a produção entre julho e setembro em relação a junho, com a melhora do fornecimento de peças. A companhia aumentou sua previsão de vendas anuais em 135 mil veículos, para 3,435 milhões de unidades.

De abril a junho, o lucro operacional da Honda somou 22,58 bilhões de ienes (292,5 milhões de dólares), melhor que a estimativa média do mercado, de prejuízo de 67 bilhões de ienes, segundo a Thomson Reuters I/B/E/S.

O resultado foi impulsionado por um salto de 43% nos ganhos da unidade de motocicletas e lucro maior que o esperado nas operações financeiras.

Já o lucro líquido do período, que inclui ganhos na China, foi de 31,8 bilhões de ienes, queda anual de 88%, enquanto a receita caiu 27%, para 1,715 trilhão de ienes.

Para o ano que encerra em março de 2012, a Honda prevê lucro operacional de 270 bilhões de ienes, ou 35% acima da previsão anterior de 200 bilhões. Uma pesquisa com 21 analistas projetava lucro anual de 407,7 bilhões de ienes.

A expectativa da montadora para lucro líquido anual aumentou de 195 bilhões para 230 bilhões de ienes.

Falta um mês para empresas se adequarem ao novo sistema de cartão ponto

02/08/2011- Gazeta do Povo

Dentro de um mês, todas as empresas brasileiras com mais de dez funcionários e que possuem sistema de registro de cartão ponto, seja ele manual, mecânico ou eletrônico, vão ter que se adequar à determinação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de implantar um método unificado, que emite comprovante do horário de entrada e de saída ao trabalhador.

A medida, que já foi adiada por duas vezes - depois de reclamações das empresas sobre o custo dos aparelhos -, começa a valer dia 1º de setembro, para combater fraudes que muitas empresas fazem para mascarar as horas extras feitas pelos funcionários.

O pedido de pagamento de horas trabalhadas a mais do que o horário estipulado está presente em mais de 80% dos processos da Justiça do Trabalho, de acordo com o juiz José Aparecidos dos Santos, da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba. "Esse é um problema sério no Brasil e é incrível que até hoje não tenhamos encontrado um mecanismo para resolver isso, que aparece na maior parte dos processos. Quando se tem uma empresa que trabalha corretamente e que tem o cartão-ponto, a situação se resolve facilmente, mas muitos trabalhadores alegam que o cartão-ponto é fraudado", afirma ele.

Problema persiste

Mesmo com a adequação das empresas que já possuem um sistema de cartão-ponto a partir de setembro, o problema continua nas empresas que não fazem esse tipo de controle. Nesses casos e mesmo naqueles em que há suspeitas de que a empresa fraudava cartões-ponto, o trabalhador pode reunir provas para comprovar as horas a mais trabalhadas. "De preferência, provas documentais. Pode ser uma nota de venda realizada depois do expediente, e-mails enviados depois do horário ou comprovantes de atendimento", cita o juiz.

Santos avisa que é mais indicado não deixar para procurar auxílio apenas quando o funcionário for sair da empresa. "Acima de tudo, os trabalhadores no Brasil precisam reivindicar o problema antes de ele acontecer. Tentar conversar com a empresa ou

recorrer ao sindicato da categoria, que existe para prevenir esse tipo de lesão, que é imposta a várias pessoas, não apenas a uma só", diz ele. Se não for possível, o juiz orienta o funcionário a fazer uma reclamação na seção do Ministério do Trabalho e Emprego da sua região.

Dólar termina o dia cotado a R\$ 1,562

02/08/2011- O Estado do Paraná

Após iniciar o dia em queda refletindo a animação dos investidores com o acordo entre Democratas e Republicanos para corte de gastos e elevação do teto da dívida dos EUA, o dólar recuperou-se e subiu ainda pela manhã em meio à retomada da aversão ao risco nos mercados. Os investidores reduziram posições em moedas consideradas mais arriscadas, como o euro e o real, e migraram para o dólar e o franco suíço, após os fracos índices de atividade industrial nos EUA e na China reacenderem as preocupações com o crescimento global. O euro também foi pressionado pelo rebaixamento pela Fitch da perspectiva do Banca Popolare di Vicenza de estável para negativa, mantendo aceso o alerta sobre a economia europeia.

Apesar da confiança de que o plano bipartidário norte-americano poderá ser aprovado pelo Congresso, muitos investidores sabem que ele afasta apenas a incerteza no curto prazo e que não resolve definitivamente o problema de longo prazo de sustentabilidade da dívida dos EUA. Por isso, os agentes financeiros não descartam que o acerto político será insuficiente para impedir o rebaixamento dos ratings AAA dos EUA. Nesse ambiente, os agentes financeiros se retraíram, diminuindo os volumes de negócios, que já costumam ser mais fracos em início de mês.

O dólar comercial fechou em alta de 0,58% hoje, cotado a R\$ 1,562 no mercado interbancário de câmbio. Durante os negócios, a moeda oscilou entre a mínima de R\$ 1,547 (-0,39%) e a máxima de R\$ 1,564 (+0,71%). Na BM&F, o dólar à vista terminou com alta de 0,64%, a R\$ 1,5615. O euro comercial caiu 0,22% para R\$ 2,228.

O Banco Central manteve a realização de dois leilões de compra de dólar no mercado à vista, nos quais definiu as taxas de corte em R\$ 1,5598 e R\$ 1,5603.

Nos EUA, o vice-presidente, Joe Biden, disse esta tarde, após sair de uma reunião com deputados democratas, que o acordo anunciado ontem tem uma "característica irresistível, redentora: diz que essa questão do teto da dívida não virá à tona de novo até 2013". Pelo acordo, conforme anúncio do presidente dos EUA, Barack Obama, haverá elevação do teto da dívida de US\$ 2,4 trilhões em dois estágios e um corte de gastos de quase US\$ 900 bilhões durante dez anos. Também foi definido que um comitê especial de parlamentares ficará encarregado de efetuar cortes para reduzir o déficit em mais US\$ 1,5 trilhão por meio de uma reforma tributária e também através de alterações nos programas de segurança do governo, da ordem de US\$ 350 bilhões em dez anos.

Biden reconheceu a frustração de deputados democratas sobre o projeto e disse que alguns deles saíram da reunião afirmando que não planejam votar a favor do plano. A votação na Câmara deve ocorrer ainda hoje. Segundo o republicano Lamar Smith, presidente do Comitê Judiciário, o projeto pode ser votado por volta das 19h (de Brasília).

Câmbio turismo

Nas operações do câmbio turismo, o dólar teve alta de 0,61% hoje para R\$ 1,647 na venda e R\$ 1,513 na compra. O euro turismo subiu 0,60%, cotado a R\$ 2,357 (venda) e R\$ 2,16 (compra).

Montadora Renault terá que pagar SAT com incidência do FAP

02/08/2011- O Estado do Paraná

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em julgamento realizado na última semana, reformou decisão de primeiro grau e considerou legal a incidência do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) a serem pagos pela Renault do Brasil.

A empresa ajuizou mandado de segurança na 1ª Vara Federal de Curitiba em fevereiro de 2010 e obteve liminar determinando a suspensão da exigibilidade da cobrança do SAT com a alíquota majorada pelo FAP, decisão essa confirmada pela sentença, proferida em julho de 2010.

A Renault alega que o decreto nº 6.957/2009, que instituiu o FAP, e as Resoluções nºs 1.308 e 1.309/2009 do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) invadem a reserva de lei ordinária, sendo inconstitucionais.

O FAP é um índice aplicado sobre a contribuição SAT, e é apurado de acordo com o desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade econômica, a partir da criação de um índice composto pelos seguintes parâmetros: gravidade, frequência e custo dos benefícios previdenciários decorrentes de afastamentos por doença e/ou acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados. Esse cálculo, tanto pode resultar em aumento, como em diminuição da contribuição. Em síntese, a empresa paga mais quanto maiores os acidentes de trabalho ocorridos.

A Fazenda Nacional apelou contra a decisão no tribunal argumentando que a metodologia do FAP foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social, através de decreto e que o fator possui caráter pedagógico, pois estimula as empresas a adotarem políticas mais eficazes de saúde e segurança no trabalho.

Após analisar o recurso, a desembargadora federal Maria de Fátima Freitas Labarrère, relatora do processo, decidiu pela reforma da sentença. Segundo a magistrada, a regulamentação do FAP pelo Decreto 6.957/2009, não implica em afronta ao princípio da legalidade insculpido artigo 150, I, da Constituição, já que as disposições essenciais à cobrança da contribuição se encontram delineadas nas leis 8.212/91 e 10.666/2003.

“A metodologia aprovada do FAP acabou por implementar o aumento da cobrança em relação às empresas nas quais se verificou a ocorrência de acidentes do trabalho superiores à média, recompensando, por outro lado, as empresas que tenham empreendido melhorias, dando efetividade à cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho”, escreveu em seu voto.

Caterpillar se prepara para maior competição

02/08/2011- Valor Econômico

Presente no Brasil há 57 anos, a filial brasileira da fabricante de máquinas e equipamentos americana Caterpillar informa que está atenta ao aumento da concorrência, mas que já era esperada a chegada de novas empresas no país para atuar no setor de bens de capital.

"A demanda por máquinas será maior daqui para frente", afirma Luiz Carlos Calil, presidente da Caterpillar no Brasil. Ele argumenta que, independentemente da entrada de novos fabricantes, existe a necessidade de expandir o parque produtivo para atender à expectativa de crescimento no consumo de máquinas nos próximos anos.

Calil diz que é fundamental a companhia estar atenta ao aumento da concorrência, porém ele acredita que os diferenciais de qualidade em produtos e serviços vão permitir à empresa defender posições de mercado, apesar dos preços competitivos dos novos concorrentes.

"Estamos vivendo uma fase de transição, pois algumas empresas ainda estão se instalando no país. Só saberemos como ficará a competição quando todos estiverem operando aqui", avalia o executivo. Para Calil, a tendência é de uma "competição sadia", uma que o mercado será maior nos próximos anos e terá espaço para todas as empresas.

A avaliação também leva em conta que os novos concorrentes - sobretudo os asiáticos - estarão sob as mesmas regras e ambiente de negócio. Para ele, isso reduz a atual falta de isonomia na competição com os produtos importados.

Diante da expectativa de aumento dos investimentos em infraestrutura e construção civil no país, a Caterpillar toca no Brasil um programa de investimentos da ordem de R\$ 350 milhões no período que vai de junho de 2010 a junho de 2012.

Desse valor, praticamente metade é destinado à montagem de uma nova fábrica, em Campo Largo, no Paraná, cuja inauguração está prevista para setembro.

Na unidade paranaense serão fabricadas retroescavadeiras e carregadeiras de pequeno porte - duas linhas que serão desativadas a partir do próximo ano na sua fábrica de Piracicaba, no interior de São Paulo.

A ideia da companhia é aproveitar o espaço aberto em Piracicaba e instalar novas linhas de produção. As vendas da Caterpillar no Brasil alcançaram R\$ 2,22 bilhões no ano passado. **(EL)**

HSBC negocia venda de carteira de veículos para o PanAmericano

02/08/2011- Valor Econômico

O HSBC Brasil está saindo do ramo de financiamento de veículos para não clientes. Desde sexta-feira, o banco suspendeu a oferta de crédito em 300 concessionárias e revendas de automóveis espalhadas pelo país. Segundo o **Valor** apurou, a instituição negocia a venda dessa carteira para o PanAmericano, cujo controle é compartilhado

por BTG Pactual e Caixa. Estima-se que o portfólio de financiamento de veículos do HSBC some cerca de R\$ 5 bilhões, mas não se sabe se a totalidade dos ativos seria transferida.

Na semana passada, cerca de 300 funcionários da área de crédito do HSBC foram demitidos, a fim de não carregar eventuais passivos trabalhistas para o PanAmericano caso o negócio seja concretizado. A expectativa é de que parte dos empregados do banco inglês seja aproveitada na nova estrutura. Alguns deles teriam, inclusive, sido entrevistados pelo presidente do PanAmericano, José Luiz Acar Pedro.

Um nome que já estaria definido para migrar para o PanAmericano é o do diretor da área de financiamento de veículos do HSBC, Sergio Antonio Cipovicci, há 14 anos na posição. Haveria, entretanto, um período de transição por conta de operações de créditos liberadas para as concessionárias e que estão em andamento.

Em maio, por ocasião da apresentação da matriz do HSBC para investidores, o grupo inglês sinalizava a saída de negócios considerados não estratégicos na América Latina, como da área de fundos de pensão no México e na Costa Rica. Numa citação ao Brasil, falava em "racionalização" de portfólios em financiamento de veículos e crédito consignado.

Questionado pelo **Valor** a respeito, o presidente do HSBC Brasil, Conrado Engel, explicou que o banco interrompera a compra de carteiras com desconto em folha e que tinha diminuído o passo no financiamento de veículos, além de abandonar a estratégia de buscar clientes por meio da Losango, o braço de financiamento ao consumo. "Parei com isso para focar nosso próprio cliente ", disse Engel.

Internamente o que se comenta é que o grupo inglês nunca viu com bons olhos a oferta de financiamento de veículos para não clientes, estrutura que só existe no Brasil.

Para o PanAmericano, o negócio engordaria uma das suas principais linhas de atuação. Em entrevista recente ao **Valor**, Acar afirmou que a carteira de crédito do banco tem potencial para alcançar cerca de R\$ 35 bilhões entre três e quatro anos. Até março, a área de veículos representava 56% do portfólio total de R\$ 10,2 bilhões. Durante a divulgação dos resultados do primeiro trimestre, o banco informou que pretendia aumentar a participação de veículos novos e de crédito consignado para melhorar o risco da carteira.

O HSBC não confirma a negociação com o PanAmericano. Procurado, o banco apenas informou que decidiu parar de conceder crédito para financiar a compra de automóveis por meio de revendas. Desde ontem, a instituição passou a só fazer financiamentos por meio da rede bancária própria, deixando de lado as operações com os 300 pontos de venda que eram seus parceiros. A assessoria de imprensa do PanAmericano informou que o banco não comprou a carteira de R\$ 5 bilhões do HSBC e que mantém habitualmente contato com revendedores de veículos.

Ministros mantêm retenção de 11% sobre valor de nota fiscal

02/08/2011- Valor Econômico

Numa pauta recheada de questões tributárias, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou ontem que é constitucional a retenção, por tomadores de serviço, de 11% sobre o valor da nota fiscal apresentada pelas prestadoras. A retenção é feita a título

de contribuição previdenciária. A decisão foi tomada por maioria, com voto divergente do ministro Marco Aurélio.

O Supremo analisava um recurso da Construtora Locatelli, de Mato Grosso. A empresa questionava uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, que entendeu ser legítima a retenção desse valor.

Pelo mecanismo de retenção discutido no processo, as tomadoras de serviço recolhem ao Fisco a contribuição devida pelas prestadoras. Aplica-se ao caso o mecanismo da substituição tributária, usado para facilitar a arrecadação.

Mas a Locatelli argumentou que essa cobrança seria inconstitucional, porque, em seu entendimento, a contribuição só poderia incidir sobre a folha de salários - ao invés de ser cobrada sobre o valor das notas fiscais. Segundo a construtora, haveria, na verdade, a cobrança de um novo tributo, incidente sobre o faturamento. E, por se tratar de um novo tributo, o recolhimento demandaria a edição de uma lei complementar.

Os ministros rejeitaram a tese da construtora. "O STF disse que a técnica de substituição tributária é perfeitamente possível", afirma Cláudia Trindade, coordenadora da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Supremo. De acordo com ela, esse mecanismo é feito para garantir o recolhimento das contribuições. "Antes, muitas empresas recebiam mas não repassavam", afirma. Ela também defendeu que a retenção não gera custos para a construtora, pois os valores estariam calculados no preço da mão de obra.

A procuradora ressalta que a decisão reafirma a jurisprudência do próprio STF, firmada em um julgamento de um caso semelhante em 2004. Como foi aplicado ao caso o mecanismo da repercussão geral, a decisão do STF deverá ser replicada pelos demais tribunais, quando analisarem processos sobre o mesmo assunto. "Agora será concluído um grande volume de processos, desafogando o Judiciário", diz Cláudia.

A PGFN sugeriu, durante o julgamento, a edição de uma súmula vinculante para tratar da matéria. Mas essa possibilidade não foi debatida pelos ministros.

Indústria perde mercado externo

02/08/2011- Agência CNI

Brasília – Praticamente metade das empresas exportadoras brasileiras perdeu participação no mercado em 2010. A Sondagem Especial Exportações Industriais, divulgada pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) nesta segunda-feira, 1º de agosto, revela que 48% delas sofreram redução no mercado externo e deixaram de exportar em 2010. Nas pequenas empresas, tal índice chegou a 55%.

Diminuiu também a participação das vendas externas no faturamento das empresas exportadoras. Segundo a pesquisa, realizada entre 31 de março e 14 de abril de 2011 com 1.569 empresas de todo o país, essa participação alcançou 20% em 2010, contra 26% em 2008, quando foi feito o último levantamento.

“Essa redução é explicada pela baixa rentabilidade das vendas externas, prejudicada pelo real valorizado, e pelo mercado externo desfavorável, sobretudo na comparação com o mercado doméstico”, diagnostica o estudo.

O gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, reforçou que a apreciação do real agravou o quadro. “Aos problemas sistêmicos, como custo tributário, infraestrutura precária, baixa qualidade da educação, crédito caro, somou-se a valorização cambial, que encolheu ainda mais o mercado”, completou.

ESTRATÉGIAS - Para 2011, as empresas não esperam grande mudança na participação das exportações no faturamento. Entre aquelas que pretendem exportar, 47% prevêem que a situação se mantenha estável. Para 29%, a expectativa é de aumento, enquanto que para 24% a participação das exportações no faturamento deve cair.

Apesar desse quadro, a grande maioria de quem exportou no ano passado – 66,3% - pretende investir para exportar. Exatos 5% das que não exportaram em 2010 vão fazer investimentos para exportar em 2011. Entre as grandes empresas, 67% informaram que manterão os níveis de investimentos para exportar realizados em 2010.

Mais de dois terços – 68% - das empresas que exportaram em 2010 ou pretendem exportar em 2011 adotam estratégias para ampliar as vendas externas, percentual que sobe a 75% nas de grande porte. A principal estratégia delas, assinalada por 45%, é a redução de custos ou aumento da competitividade. Em segundo lugar, com 37% das respostas, está a busca por novos mercados.

REVERTER - A Sondagem Especial Exportações Industriais destaca que o Brasil é a oitava maior economia mundial, mas ocupa apenas o 20º lugar entre os maiores exportadores. Quando se consideram apenas os produtos manufaturados, o país cai para a 28ª posição.

Segundo a CNI, é preciso reverter esse quadro para aproveitar melhor as oportunidades trazidas pelo comércio internacional. “As empresas exportadoras estão mais expostas à competição, tendem a ser mais inovadoras e disseminam ganhos de competitividade no mercado doméstico”, justifica a pesquisa.

O levantamento informa ainda que nos segmentos que afirmaram esperar ampliar, este ano, a participação das exportações no faturamento, destacam-se equipamentos hospitalares e de precisão, alimentos, farmacêuticos e material eletrônico e de comunicação. Em contrapartida, madeira, móveis e calçados são os segmentos cuja expectativa é de participação reduzida.

Lupi: 'Novo ponto eletrônico valoriza o trabalhador'

02/08/2011- Assessoria de Imprensa do MTE

As empresas que optarem pelo uso do ponto eletrônico tem até 1º de setembro para se adequar. Lupi verificou o funcionamento do novo sistema em uma fábrica em Alagoinhas, na Bahia (BA)

Brasília, 01/08/2011 – O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, elogiou nesta segunda-feira (01) as cem mil empresas brasileiras que já utilizam o novo

registro de ponto eletrônico, com memória inviolável e a emissão instantânea de recibos ao trabalhador. A partir de 1º de setembro, toda empresa que optar por usar esse tipo de controle de jornada terá de seguir os parâmetros regulamentados há dois anos pelo Governo.

Tire [aqui](#) suas dúvidas sobre ponto eletrônico

<http://portal.mte.gov.br/pontoeletronico/perguntas-e-respostas.htm>)

Na última sexta-feira (29), Lupi visitou a sede da Schincariol em Alagoinhas (BA), uma das maiores fábricas de bebidas do país, onde pôde verificar de perto o funcionamento do novo sistema. Para o ministro, o novo ponto eletrônico vai aproximar patrões e empregados. "Fiquei muito satisfeito com o tudo que vi, o uso do novo modelo é um sucesso e gera um clima de confiança e proteção para ambas as partes", declarou. "Essas empresas foram inteligentes ao dar essa prova de respeito aos seus empregados, que ficam mais estimulados e produtivos".

A cervejaria instalou os equipamentos em outubro do ano passado. Além de estar em dia com a legislação, a empresa vê no investimento uma forma de reduzir eventuais demandas judiciais por horas extras não pagas. "Esse tipo de sistema traz mais segurança para os dois lados, sem dúvida alguma", defendeu Fagner Silva, analista da empresa baiana. "Temos cerca de mil empregados e nossa expectativa é reduzir ou mesmo acabar com esse tipo de reclamação por horas extras não pagas, que hoje é tão comum no mercado de trabalho brasileiro", afirmou.

Silva diz que o sistema foi bem assimilado pelos trabalhadores, que descobriram um jeito criativo para organizar os recibos diários. "Eles estão colando os papéis em uma agenda, no dia certo, para manterem um arquivo. Aí depois é só comparar com o registro mensal da empresa", conta.

Cadastro - As empresas que optarem por usar o novo ponto eletrônico devem preencher o cadastro dos equipamentos no site do Ministério do Trabalho e Emprego, através do endereço eletrônico <http://portal.mte.gov.br/pontoeletronico>. Como explica a secretária de Inspeção do Trabalho, Vera Albuquerque, o cadastro é importante para que os empregadores se protejam contra eventuais fraudes.

"Há uma verdadeira 'teia de responsabilidades', pois o fabricante do aparelho assina um termo de responsabilidade e o equipamento ainda é aprovado por um órgão técnico", enumerou. "Tudo isso vai proteger as empresas contra fraudes, a pirataria e a substituição indevida dos aparelhos".

Assessoria de Imprensa do MTE

(61) 3317 - 6537/2430 - acs@mte.gov.br

"Empresas têm alto custo para manter funcionários"

02/08/2011- A Gazeta MT

Encargos trabalhistas correspondem a praticamente um terço (32,4%) dos custos com mão de obra na indústria de transformação, conforme levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Índice é 11% superior à média de 34 países, mesmo daqueles em desenvolvimento, como a Argentina (17%), México (27%), Coreia do Sul (17%) e Taiwan (14,7%). Em Mato Grosso essa realidade não é diferente, e os empresários reclamam da elevada tributação para manter os empregos.

Para se ter uma ideia, o recolhimento desses tributos pode superar em até 102% valor dos salários pagos aos trabalhadores, segundo estimativa do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e diretor de uma indústria de aço, Fernando Kusai. Para ele, a discussão sobre impacto desses custos virou "clichê", mas não houve mudanças. Calculando a participação dos encargos na folha de salários dos 750 funcionários da empresa, Kusai ratifica que 30% da despesa total são consumidos com encargos trabalhistas.

Para ele, é necessário que o governo promova uma reforma trabalhista, reduzindo tributos. "As empresas são muito fiscalizadas, não tem como trabalhar na informalidade e é por isso que muitas delas deixam de funcionar, porque se paga mais encargos do que salários". Solução para o empresariado, segundo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL), Paulo Gasparoto, seria a cobrança diferenciada de impostos, incidindo sobre o orçamento das empresas e não sobre a folha de pagamento, considerando que empresas com maior faturamento investem mais em tecnologia e utilizam pouca mão de obra humana. "Com ajustamento no imposto, o governo iria arrecadar mais e seria mais democrático". Decorre, para agravar a situação, que o recolhimento destes tributos não beneficia diretamente o trabalhador, já que não são aplicados por exemplo em educação e saúde na proporção necessária. "Custo da folha de pagamento é muito elevado". Gasparoto diz que para cada salário pago ao trabalhador, um valor equivalente é desembolsado para custear os encargos trabalhistas provenientes da contratação desse mesmo funcionário. "E ainda vivemos uma situação de insegurança jurídica, porque se o funcionário resolve brigar na Justiça do Trabalho, sempre consegue ação favorável".

Faturamento - Advogado cível e trabalhista, Fernando Oliveira Machado, lembra que empresas enquadradas no Simples Nacional, com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões, têm recolhimento dos encargos trabalhistas de acordo com faturamento, integrados em uma alíquota única. Em Mato Grosso, o teto estabelecido para as empresas é de R\$ 1,8 milhão por ano, segundo presidente do Conselho Tributário da Federação das Indústrias (Fiemt), Gustavo de Oliveira.

Ele estima que 8 mil indústrias tenham perfil econômico para se enquadrar no regime diferenciado de tributação. "Abrange um grande número de empresas, mas não de empregos". Com altos encargos trabalhistas, empresas perdem competitividade e deixam de gerar mais empregos, explica Oliveira, concordando que o sistema tributário deveria ser aplicado conforme agregação de valor e não geração de emprego. "Gerar emprego no Brasil é muito caro, por causa dos encargos e da insegurança jurídica nos regimes de trabalho, não há clareza nos contratos".

Oliveira acrescenta que para cada posto de trabalho formal gerado, existem 2 informais. "Autônomos, empregados domésticos, toda essa massa trabalhadora fica excluída de ter carteira assinada e outros benefícios pelo custo elevado do emprego".

Com formalização dos postos de trabalho, reforça Oliveira, a arrecadação cresce.

Encargos - Os encargos sobre a folha salarial são compostos principalmente pelos recolhimentos patronais à Previdência Social. No caso da indústria de transformação, a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) corresponde, sozinha, a 20% da folha de pagamento. Acrescido à ela a contribuição do empregador ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), indenizações trabalhistas e outros benefícios, como 13º salário e abono de férias, o total de encargos corresponde a 32,4%.

Somente as contribuições por acidente de trabalho, ao Incra, Sesi, Senai, Sebrae, mais Salário Educação respondem por 8% do total dos gastos com pessoal. No caso de recolhimento do FGTS, por exemplo, o percentual básico é de 8% sobre valor da folha mensal, mas, conforme observa o advogado Fernando Oliveira Machado, pode chegar a 12%, por causa da cobrança de 50% de multa rescisória.

Pode ser acrescentada à lista de encargos, o pagamento por auxílio doença em caso de afastamento nos primeiros 15 dias. Advogado lembra que estes são os custos legais básicos, mas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê ainda que os sindicatos patronais e laborais estabeleçam, em acordos coletivos, outros benefícios, como auxílio creche, saúde, além de outros consensuais. "O peso tributário significa muito para as empresas". Por isso, confirma, é muito comum empresas atuarem na ilegalidade.

Desempenho da indústria volta a piorar em julho

02/08/2011- Newsletter Automotive Business

O desempenho geral da indústria voltou a piorar em julho, aponta o Índice Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) HSBC. O indicador registrou 47,8 pontos, ante 49 em junho, e atingiu a maior deterioração nas condições gerais de negócios do setor desde maio de 2009. O resultado do PMI em julho já considera a retirada dos efeitos sazonais. O índice obedece a uma escala de 0 a 100 pontos, sendo 50 a linha divisória entre crescimento e queda da atividade, e resulta da compilação das respostas a questionários enviados a 400 empresas no País.

As quedas registradas na carteira de novos pedidos e do nível de emprego estão entre os principais responsáveis pela redução da produção industrial em julho. Os novos pedidos, que já haviam fechado junho em queda, com 47,2 pontos, encerraram julho com 45,9 pontos. O nível de emprego atingiu 49 pontos, ante 49,7 pontos em junho. Com isso, a produção industrial como um todo caiu pela segunda vez consecutiva, passando de 48,8 pontos em junho para 46,6 pontos em julho.

"De modo geral, os entrevistados atribuíram a redução na entrada de novos trabalhos ao enfraquecimento da demanda global e às condições frágeis do mercado", observa o economista-chefe do HSBC Bank Brasil, responsável pela PMI no País, André Loes. Além disso, muitas empresas também sugeriram que as taxas de câmbio desfavoráveis contribuíram para o baixo volume de pedidos para exportação durante o período da pesquisa.

O índice de pedidos de exportações, de acordo com o PMI, atingiu 47,4 pontos em julho, mesma pontuação registrada em junho. Foi o quarto mês consecutivo do indicador abaixo dos 50 pontos. Os pedidos em atraso atingiram 45,9 pontos em julho, ante 47,2 em junho. O índice de estoque de bens finais cresceu em julho, atingindo 50,4 pontos, ante 50,1 em junho.

O índice de preços de bens finais também cresceu em julho (50,8 pontos) ante junho (50,5 pontos). Há 22 meses a inflação vem aumentando na indústria. Essa alta está relacionada ao aumento dos preços dos insumos, tendência que, de acordo com o PMI, vem desde fevereiro (atingiu 53,4 pontos em julho, depois de chegar aos 55,3 pontos em junho). O tempo de entrega dos fornecedores da indústria em julho caiu, com o indicador registrando 48,8 pontos, ante 48,3 em junho.

Da mesma forma, o índice de compra de insumos caiu em julho, para 46,5 pontos, ante 47,5 em junho. Os estoques de insumos registraram 49 pontos em julho, ante 49,4 em junho. E o tempo de entrega dos fornecedores da indústria passou de 48,3 pontos em junho para 48,8 em julho.

Perdas em 2010

Praticamente metade das empresas exportadoras brasileiras perdeu participação no mercado externo, no ano passado, de acordo com sondagem especial divulgada há pouco pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo estudo, 32% das indústrias que vendem para fora do País diminuíram sua presença contra concorrentes estrangeiros e 16% deixaram de exportar. Apenas 9% das companhias conseguiram aumentar seus embarques em 2010.

Em 2011, 24% das empresas exportadoras estimam uma redução do peso das vendas ao exterior em seu faturamento bruto. No ano passado, a participação média dos embarques no faturamento das empresas exportadoras foi de 20%.

Para tentar alterar essa situação, 68% das empresas que exportaram no ano passado ou pretendem exportar este ano estão adotando estratégias para ganhar mercado no exterior. Dessas, a principal medida que vem sendo adotada pelas empresas é reduzir custos para ganhar produtividade.

O gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, comentará em instantes os dados da Sondagem Especial.

IOF - Pagamento de contas com cartão de crédito tem incidência do IOF

02/08/2011- Notas COAD

O Secretário da Receita Federal, através do Ato Declaratório Interpretativo 40, publicado no Diário Oficial de hoje, 2/8, veio esclarecer que a utilização do cartão de crédito para pagamento de contas, através da função crédito, está sujeita à incidência do IOF à alíquota de 0,0082% ao dia, prevista na alínea "b" do inciso I do artigo 7º Decreto [6.306/2007](#).

Declarações Fiscais - Receita Federal prorroga o prazo de entrega do Dacon

02/08/2011- Notas COAD

Foi prorrogado para o 5º dia útil do mês de outubro de 2011 o prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de abril a julho de 2011.

A prorrogação também se aplica casos de extinção, incorporação, fusão e cisão que ocorrerem nos meses de abril a julho de 2011.

Estes novos prazos de entrega do Dacon constam da Instrução Normativa 1.178/2011, publicada no Diário Oficial de hoje, 2/8.

A Instrução Normativa também dispensou da entrega do Dacon as pessoas jurídicas ainda não inscritas no CNPJ, desde o mês em que foram registrados seus atos constitutivos até o mês anterior àquele em que foi efetivada a inscrição.

Indicadores Econômicos - Receita divulga a taxa Selic do mês de julho 2011

02/08/2011- Notas COAD

De acordo com o Ato Declaratório Executivo 54 Codac/2011, publicado no Diário Oficial de hoje, 2/8, a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de julho de 2011, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos federais, a partir do mês de agosto de 2011, é de 0,97%.

Defesa do Consumidor - Projeto proíbe aumento da tarifa de energia em horário de pico

02/08/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 720/11, do deputado Weliton Prado (PT-MG), que proíbe as concessionárias de energia elétrica de cobrar tarifas diferenciadas para consumidores residenciais a partir do horário do consumo. A proposta permite, no entanto, que as concessionárias concedam descontos a quem reduzir o consumo em horários de pico.

Segundo o autor, a eventual implantação de uma tarifa diferenciada, também chamada "tarifa-amarela", causaria prejuízos ao consumidor residencial. Ele afirma que a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) já propôs ao Ministério de Minas e Energia a adoção desse modelo tarifário, com a justificativa de incentivar a diminuição do consumo de energia.

"Se a intenção da adoção da chamada tarifa-amarela é o racionamento de energia, a mesma poderia ser aplicada de forma a incentivar o consumo inteligente, ou seja, através da concessão de descontos, para os consumidores que conseguirem economizar energia nos horários de pico", diz o deputado.

Agência Câmara

Poder Legislativo - Água e Luz: projeto proíbe corte antes de 60 dias de atraso

02/08/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 495/11, do deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que só permite o corte no fornecimento de água e energia elétrica após 60 dias de atraso no pagamento. A proposta estabelece que, quando a fatura estiver atrasada em 30 dias, as empresas deverão enviar ao consumidor correspondência com o aviso da possibilidade de corte no fornecimento após novo atraso por período equivalente.

Conforme a proposta, as empresas que não observarem esses prazos ficarão sujeitas à devolução em dobro aos consumidores do valor das faturas em atraso, sem prejuízo de outras sanções administrativas previstas em lei.

A proposta estabelece ainda que o corte dos serviços somente poderá ser realizado na presença do consumidor ou de seu representante legalmente habilitado. Para quitar o débito, o consumidor ficará sujeito a multa máxima de 2% ao mês.

O autor da proposta afirma que o objetivo é estabelecer regras mais razoáveis para garantir aos consumidores a continuidade da prestação dos serviços essenciais, que são serviços públicos, exercidos em nome do Estado. "É uma verdadeira afronta ao cidadão a realização de cortes no fornecimento de serviços essenciais aos consumidores inadimplentes, justamente em momentos de maior dificuldade na vida desses cidadãos", defende.

Legislação atual

A Lei 8.987/95, sobre a concessão de serviços públicos, e a Lei 11.445/07, sobre as diretrizes do saneamento básico, autorizam o corte por falta de pagamento.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos".

Alguns juízes entendem que, como a água e a energia são essenciais, o fornecimento tem de ser contínuo, ou seja, não pode ser interrompido por falta de pagamento. Se estiver em atraso, o pagamento tem de ser buscado por outros meios.

Mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já autorizou o corte no fornecimento, desde que o consumidor tenha sido previamente notificado.

Tramitação

A proposta foi apensada ao PL 7239/10, do Senado, que obriga as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos a avisar aos cidadãos de baixa renda e aos estabelecimentos educacionais, de saúde e de internação coletiva a interrupção de seus serviços em razão de inadimplência com, no mínimo, 30 dias de antecedência. Os projetos serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário.

FONTE: Agência Câmara

Projeto de Lei - Incentivo da contribuição patronal pode ser prorrogada indefinidamente

02/08/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 581/11, do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), que prorroga por tempo indeterminado a possibilidade de o empregador deduzir do Imposto de Renda devido o valor pago à Previdência Social a título de contribuição do empregado doméstico. De acordo com a legislação atual (Lei 9.250/95), a dedução está autorizada apenas até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011.

Segundo Cunha, a medida vem contribuindo para aumentar a proporção de empregados domésticos em situação formal. "Trabalhar com carteira de trabalho assinada é um dos direitos básicos do trabalhador, que, a partir daí, passa a contar com a proteção do Estado nos casos em que necessitar de benefícios previdenciários, incluindo o direito à aposentadoria", completa.

O deputado destaca ainda que eventuais diminuições na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física são compensadas pelo aumento nas contribuições previdenciárias.

A Medida Provisória 528/11, que foi aprovada pela Câmara no dia 5 de julho e deve ser votada pelo Senado no início de agosto, prorroga a regra até 2015 (ano-calendário de 2014).

Agência Câmara

Poder Legislativo - Veículo: licenciamento pode depender de comparecimento ao recall

02/08/2011- Notas COAD

O Projeto de Lei 500/11, em tramitação na Câmara, determina que o veículo incluído em recall só terá seu licenciamento anual renovado pelos Detrans se o proprietário comprovar que o defeito foi consertado.

Para tanto, o projeto também obriga as montadoras a informar ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) os números dos chassis de todos os veículos convocados nos recalls.

A proposta, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

A proposta também obriga os fornecedores que colocaram à venda produtos ou serviços perigosos a informar os riscos diretamente aos consumidores. A comunicação deverá ser feita por correspondência registrada, a partir de dados constantes na nota fiscal, fatura, recibo, cadastro de clientes ou em outro documento – além dos anúncios publicitários.

O Código de Defesa do Consumidor já obriga os fornecedores a informar às autoridades competentes o fato de que colocaram no mercado produtos que apresentam riscos aos consumidores. Além disso, deverão veicular anúncios publicitários sobre o tema. Mas, para o autor do projeto, a regra não é o bastante. "A lei nem sequer especifica a forma como devem ser veiculados tais anúncios, se por televisão, rádio, jornal, outdoors ou outro canal. É fundamental que os compradores sejam alertados diretamente sobre a constatação superveniente de periculosidade", disse.

Recall no Renavam

Bezerra lembra que, em outubro de 2010, os ministérios da Justiça e das Cidades assinaram um acordo de cooperação técnica para acompanhar os processos de recall em todo o Brasil. Na prática, o comparecimento ou não aos recalls passou a constar do Registro Nacional de Veículos (Renavam). Para o deputado, no entanto, a medida é positiva, mas insuficiente. "O recall deverá continuar a ser ignorado por parcela

significativa de proprietários de veículos, seja pela negligência de diversos motoristas, seja pela falha de comunicação da montadora”, afirmou.

Para Carlos Bezerra, a suspensão da expedição do licenciamento anual deverá ser um instrumento mais efetivo para obrigar os proprietários de veículos a atender aos chamamentos das fábricas. “Cerca de um terço dos carros defeituosos não aparece nas concessionárias para efetuar os reparos necessários. O que proponho é uma maneira simples de resolver essa questão”, disse.

Tramitação

A proposta foi pensada ao PL 6624/09, do mesmo autor, que estabelece procedimentos de recall de veículos. Os projetos serão analisados em caráter conclusivo pelas comissões de Viação e Transportes; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

Direito do Trabalho - Desigualdade: intervalo de 15 minutos não é destinado a homem

02/08/2011- Notas COAD

O princípio da isonomia não pode ser alegado por um homem para pleitear o descanso de 15 minutos antes do início da prestação de horas extras pela trabalhadora mulher - norma estabelecida pelo artigo 384 da CLT. Por essa razão, a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou improcedente o pedido de um electricista de reconhecimento do direito ao intervalo.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) havia estendido o benefício ao trabalhador, entendendo ser discriminatória a concessão do descanso apenas para as mulheres. A Quarta Turma do TST, porém, julgou que o Regional violou o artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal ao proferir decisão concedendo o intervalo a pessoa do gênero masculino.

Tratar desigualmente os desiguais

Ao estabelecer que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”, o inciso I do artigo 5º constitucional já indica o caminho para a interpretação adotada pelo ministro Fernando Eizo Ono, relator do recurso de revista quanto à questão da isonomia em relação ao artigo da CLT que fixa o descanso para a mulher. Segundo o relator, “não se pode invocar o princípio da isonomia para igualar homens e mulheres indiscriminadamente, uma vez que esse postulado admite exceções previstas, inclusive, na própria Constituição Federal”.

Nesse sentido, o ministro ressaltou que se deve considerar a diferenciação da constituição física entre pessoas do gênero feminino e masculino, “motivo pelo qual é impossível estender tal direito na forma pretendida pelo trabalhador”. O relator destacou, inclusive, precedente em que, em sessão do Tribunal Pleno, o TST rejeitou a pretensa inconstitucionalidade do artigo 384 da CLT levantada em razão do artigo 5º, inciso I, da Constituição, em incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista julgado em 17/11/08 (IIN-RR-1540/2005-046-12-002.5).

Ao expor seu entendimento naquela ocasião, o relator do incidente de inconstitucionalidade, ministro Ives Gandra Martins Filho, lembrou que o constituinte

de 1988 considerou haver maior desgaste natural da mulher trabalhadora, pois garantiu diferentes condições para obtenção da aposentadoria, com menos idade e tempo de contribuição previdenciária para as mulheres, e a diferenciação temporal da licença-maternidade e paternidade.

O ministro Ives frisou ainda que "as mulheres que trabalham fora do lar estão sujeitas a dupla jornada de trabalho, pois ainda realizam as atividades domésticas quando retornam à casa". Concluiu, então, que seria o caso de se tratar desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades, pois, devido "ao ônus da dupla missão, familiar e profissional, que desempenha a mulher trabalhadora, corresponde o bônus da jubilação antecipada e da concessão de vantagens específicas, em função de suas circunstâncias próprias, como é o caso do intervalo de 15 minutos antes de iniciar uma jornada extraordinária".

Horas extras

Contratado em abril de 2005 pela Selt Engenharia Ltda. para atuar na manutenção e conservação da rede de energia elétrica pública na área de concessão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., o eletricitista foi dispensado em dezembro de 2006. Com a reclamação trabalhista, ele queria receber da Selt o pagamento de horas extras habituais e de gratificação por dirigir veículo, concedida a outros eletricitistas.

A concessão dos 15 minutos do descanso para a mulher só foram deferidos pelo TRT/SP após o recurso ordinário do trabalhador contra a sentença que lhe negara o pedido. Por fim, no TST, a Quarta Turma, em decisão unânime, deu provimento ao recurso da Selt e afastou a condenação ao pagamento das horas extras relativas ao intervalo do artigo 384 da CLT.

Processo: RR - 1300-14.2008.5.02.0332

FONTE: TST

Tribunal - Sadia indenizará balanceiro que teve lesão no joelho agravada pela atividade

02/08/2011- Notas COAD

A Sadia foi condenada a indenizar um ex-empregado que adquiriu lesão no joelho direito em decorrência da atividade de balanceiro, exercida na empresa por mais de cinco anos. A condenação, fixada em R\$ 10 mil pela Vara do Trabalho de Chapecó (SC), foi reformada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e restabelecida pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho. O relator do acórdão, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, concluiu que a empresa foi omissa ao permitir que o empregado continuasse transportando peso, de pé, mesmo após saber que ele apresentava problemas no joelho, o que levou ao agravamento do quadro clínico.

Admitido em outubro de 1990 como operador de produção, o trabalhador exerceu a função de balanceiro nos cinco últimos anos de contrato. Nessa função, era obrigado a desenvolver grande esforço físico, tendo que carregar sacos de peito de peru de até 18 quilos, em deslocamento, com movimentos giratórios que comprometiam a articulação no joelho.

Afastado várias vezes para tratamento pelo INSS, ele ajuizou reclamação trabalhista contra a Sadia ainda na constância do contrato de trabalho. Disse que, apesar de ter

comunicado o problema no joelho à empregadora, esta nada fez para minorar seu sofrimento, mantendo-o na mesma atividade e nas mesmas condições de trabalho. Por isso, pleiteou indenização por danos morais, estéticos e pensão mensal vitalícia.

A Sadia, por sua vez, alegou que o mal adquirido pelo trabalhador nada tinha a ver com sua atividade na empresa, eximindo-se de culpa. Argumentou que o problema no joelho poderia advir de vários outros fatores externos ao trabalho. O juízo de primeiro grau, no entanto, após ouvir testemunhas e com laudo pericial conclusivo favorável ao trabalhador, condenou a empresa a pagar indenização de R\$ 10 mil, mais pensão mensal enquanto perdurar a doença. Não satisfeita, a empresa recorreu ao TRT.

O colegiado regional foi favorável aos argumentos da Sadia. Segundo entendimento do TRT, embora o parecer técnico tenha apontado a existência donexo causal entre a doença e atividade exercida pelo empregado, também deixou claro que o trabalho realizado poderia constituir, no máximo, uma concausa (conjunto de fatores preexistentes ou supervenientes que contribuem para o resultado danoso) . A ação foi julgada improcedente.

Em recurso de revista dirigido ao TST, o autor da ação obteve sucesso na busca pela reparação. Ao determinar o restabelecimento da sentença, o ministro Carlos Alberto destacou em seu voto que o fato de existirem várias causas possíveis para a patologia no joelho do trabalhador, como fatores traumáticos, infecciosos, alérgicos, metabólicos e degenerativos, não afasta, por si só, o nexocausal, ainda que a atividade exercida seja apenas a concausa para o dano. "Dúvida não há de que se as atividades laborativas não desencadearam a patologia, ao menos contribuíram para o seu agravamento", assinalou.

Segundo o ministro relator, configura ato ilícito por omissão a conduta da empresa que deixa de zelar pela saúde de seus empregados. "No caso, mesmo após constatar que o empregado vinha apresentando problemas no joelho direito, tanto é que foi afastado por diversas vezes pelo INSS durante o contrato de trabalho, a empresa permitiu que continuasse a exercer o trabalho nas mesmas condições inadequadas (de pé) e no mesmo setor de pesagem de sacos de peito de peru, de 15 a 18 kg, com exigência de esforços repetitivos de girar o já problemático joelho direito", destacou.

Constatado o ato ilícito, a culpa do empregador e o nexocausal, a Oitava Turma deu provimento ao apelo do empregado para restabelecer a sentença de origem quanto aos danos morais e materiais decorrentes da doença ocupacional.

Processo: [RR - 263500-93.2008.5.12.0009](#)

FONTE: TST